



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **1000083-57.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **PAULO CESAR RODRIGUES DA SILVA, CPF 300.676.218-56 - Advogado Dr. Daniel Francisco Bortolin**  
 Requerido: **HIGOR MATESCO RODRIGUES CHICA, CPF 483.312.148-46 - Desacompanhado de Advogado**

Aos 30 de agosto de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, o ator com sua advogada e o réu desacompanhado de advogado. Presentes também as testemunhas do réu, Srs. Gustavo e Vanderlei. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Pelo ilustre advogado do autor foi solicitado o prazo de 05 dias corridos para juntada de substabelecimento, o que foi deferido de imediato. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimientos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Sustenta o autor que na oportunidade em pauta dirigia um veículo modelo Voyage pela Av. Bruno Ruggiero Filho, quando foi abalroado por um outro, modelo Astra e conduzido então por Willian Rodrigues Perón. Ainda de acordo com o autor, o réu teria atingido esse automóvel modelo Astra, fazendo com que ele colhesse o automóvel que então dirigia. Já o réu em contestação esclareceu que efetivamente conduzia um automóvel modelo Parati, sendo que a sua frente havia dois outros, um Astra e um Gol. Acrescentou que o veículo dirigido pelo autor apareceu, sendo que tentou frear e acabou por bater contra um automóvel estacionado. Já houve ação anterior em que o mesmo acidente foi discutido, imputando lá o autor a culpa do acidente a Willian. O feito foi julgado na forma da r. Sentença de fls. 36/38, segundo a qual as duas testemunhas lá inquiridas confirmaram que o automóvel Astra atingiu o do autor por ter sido antes abalroado pela Parati conduzida pelo réu. A ação foi rejeitada, já que Willian não bateu no automóvel do autor por circunstancia que lhe pudesse ser imputada e sim por ter sido arremessado após a colisão provocada pelo réu Higor. Esses depoimentos preponderam sobre a explicação do réu, bem como sobre a prova oral hoje produzida. Na verdade, o relato que se extrai da contestação faz referencia a um automóvel modelo Gol, quando nenhuma alusão havia sido feita ao mesmo por ocasião da lavratura do Boletim de Ocorrência de fls. 13/22 (destaco inclusive que naquela oportunidade o réu nada disse a respeito do envolvimento do automóvel Gol no sinistro, como se vê a fls. 16). Já Vanderlei Rodrigues Chica prestou depoimento que não trouxe subsidios a adequada compreensão do episódio, seja porque não o viu, seja porque ouvido como informante por ser genitor do réu. O único aspecto a respaldar a explicação do réu consistiu no depoimento de Gustavo da Silva Farineli, insuficiente para sobrepor-se aos depoimentos colhidos no processo de origem inseridos no presente feito, até porque prestados*”



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

por pessoas que não tinham direta relação com as partes. O quadro delineado é suficiente para, reforçando o entendimento exarado no decisório de fls. 36/38, concluir por ter sido o réu como o causador do acidente, atingindo o automóvel Astra e fazendo com que, por isso, ele colhesse aquele que o autor dirigia. Quanto ao valor da indenização, está alicerçado em orçamentos que não foram impugnados específica e concretamente em momento algum, como seria de rigor. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 4.000,00**, com correção monetária a partir de fevereiro de 2016 (época de elaboração do laudo de fls. 33) e juros legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente:

Requerido:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA